



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**  
**CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LEITURA E FORMAÇÃO DO LEITOR**

**A PRÁTICA SOCIAL DA LEITURA NA FORMAÇÃO DO LEITOR**

Lia Carvalho Paiva

Fortaleza  
Junho / 2005

LIA CARVALHO DE PAIVA

**A PRÁTICA SOCIAL DA LEITURA NA FORMAÇÃO DO LEITOR**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Leitura e Formação do Leitor, como parte das exigências necessárias ao título de Especialista, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

Monografia aprovada em 30 de Junho de 2005

Orientador (a): \_\_\_\_\_

Professora MSc. Rute Batista de Pontes

Universidade Federal do Ceará

CONCEITO: \_\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe a qual  
foi fonte inspiradora para a  
realização deste trabalho.

#### AGRADECIMENTOS:

A Deus, principalmente, que nos fez a sua semelhança: com defeitos a serem corrigidos e acertos a serem aprimorados.

*“Eu sei que a prática educativa não muda radicalmente antes que mude radicalmente a sociedade mesma como um todo, antes que a gente transforme as estruturas da sociedade. Mas sei também que não posso é esperar pela mudança radical da sociedade para depois então mudar a educação. É possível ir alterando, ir mudando, ir pondo cunhas no sistema educacional. Tudo quanto se puder fazer para melhorar hoje as condições de ensino e viabilizar às crianças e aos adolescentes de hoje uma possibilidade melhor de compreender a realidade, de entender a realidade; quanto mais se possa fazer isso, melhor.”*

Paulo Freire

## RESUMO

Reflete-se sobre a importância da leitura, tendo como objetivo central deste estudo, a sua aplicabilidade na vida social do indivíduo. Como forma de melhor desenvolver o tema eleito utilizou-se da pesquisa bibliográfica com vistas a uma adequada inserção quanto à fundamentação teórica. O estudo aponta na direção de novas propostas sobre o ensino/aprendizagem da leitura, inferindo-se daí que tais propostas propiciam um novo olhar sobre o fazer pedagógico praticado no âmbito das instituições escolares. Para tanto, uma redefinição conceitual se faz necessário para adentrar ao tema escolhido. Faz-se no tocante a questão da motivação para a leitura e o papel da escola no contexto formal do processo de formação de leitores. Para tanto, o trabalho buscou na pesquisa bibliográfica fundamentação teórica para a concretização desta obra.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 CONCEPÇÕES DE LEITURA	11
1.1 Leitura: diversidade de conceituação	12
1.2 Estratégias e desenvolvimento de habilidades para a leitura	13
1.3 Leitura: uma atividade constitutiva	14
CAPÍTULO 2 ASPECTOS SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DA LEITURA	16
2.1 A função social da leitura na sociedade contemporânea	17
2.2 Leitura social de mundo	20
2.3 Práticas sociais da leitura na escola	22
2.4 O papel da escola na formação do leitor	23
CAPÍTULO 3 LETRAMENTO: UMA PRÁTICA SOCIAL	26
3.1 Leitura: atividade social e socializadora	28
3.2 Motivação para a prática da leitura	31
3.3 Leituras significativas	32
3.4 Práticas para se trabalhar a leitura	33
CAPÍTULO 4 LEITURA E CIDADANIA	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

REFERÊNCIAS \_\_\_\_\_41



## INTRODUÇÃO

Ao buscar no grego o pleno sentido de ler como sendo *legei* – temos colher, recolher, juntar, que no latim transformou-se em *lego, legis, legere* – juntar horizontalmente as coisas com o olhar.

Entretanto, os latinos também usavam *interpretare*, mas com um significado mais profundo, o de ler verticalmente, sair de um plano para outro, de forma transcendente. Neste sentido, a leitura transcende o passar de olhos por algo, mas vai além do visualizar, aventurando-se no desconhecido para uma plena compreensão do sentido das coisas.

Se, a escritura configura-se como um meio transmissor de informação, a leitura configura-se como um meio de aquisição do que se passa ao redor do homem. A leitura é, portanto, um ato social e, como tal, uma questão que envolve, primordialmente, o alcance da cidadania plena.

Sendo o texto escrito uma das conquistas vitais da humanidade, a leitura proporciona ao ser humano não só a absorção do conhecimento mas amplia os horizontes culturais, aguça a imaginação e a criatividade, bem como auxilia a vivenciar suas emoções e sentimentos. A aprendizagem da leitura abre caminhos para a emancipação do indivíduo, assim como para a assimilação de valores sociais.

Desta forma, a leitura caracteriza-se, ainda, como sendo uma atividade de questionamento, conscientização e libertação. A indagação à sociedade sobre a aquisição da leitura, permite a formação de leitores críticos e transformadores, percebendo a leitura como causadora de bem-estar do indivíduo e colocando a questão da circulação de textos diversificados nas escolas como prática de formação de leitores.

Dentro do que propõe este trabalho, estruturou-se nos seguintes capítulos:

a) Primeiro capítulo, evidencia-se as diferentes concepções atribuídas ao conceito do que venha a ser “leitura”, reportando-se às estratégias necessárias e favoráveis ao desenvolvimento das habilidades de leitura.

Descreve-se, também sobre a leitura dentro de uma visão contemporânea, atentando-se para a sua função social, uma vez que, é prática efetiva e de importância, por ter significado para quem dela se utiliza.

b) No segundo capítulo, aborda-se a temática dos aspectos sociais e pedagógicos da aquisição da leitura no espaço da escola, como meio favorável à tal prática, a implicação social desta aquisição para o sujeito, que está sendo “construído” como leitor.

c) No terceiro capítulo estabelece-se uma associação entre letramento e leitura, visto haver uma atividade tanto social como socializadora do sujeito quando adquire os mecanismos necessários para ler com compreensão. No mesmo capítulo enfatiza-se a motivação como força-motriz para que haja uma leitura que comporte a abrangência da multiplicidade de sentidos e significados que conformam esse termo.

d) No quarto capítulo, discorre-se sobre a relação leitura X cidadania. Entender o indivíduo como senhor da ação em sociedade e, não, como um mero objeto manipulado por ela mesma, é condição sem a qual é impossível o exercício da cidadania plena. Nesse contexto busca-se a leitura como um dos canais através dos quais possa-se preparar o indivíduo para ter condições de concretizá-la. Leitura entendida como domínio das ações não só no campo dos direitos e deveres, mas em todas as instâncias do meio social, político e cultural.

Neste sentido é que se vai da leitura do mundo à leitura da palavra escrita num ir e vir que, se espera contribuir com o exercício de práticas leitoras visando à construção de leitores maduro, críticos e criativos.

Concluindo, é neste sentido que a leitura crítica da realidade, dá-se num processo de alfabetização e letramento, associada, sobretudo a certas práticas de mobilização e de organização, podendo constituir-se num instrumento para a formação cidadã do sujeito, do reconhecimento de que há, independentemente, uma “leitura” da “leitura”, antes da leitura da palavra.

## CAPÍTULO 1 CONCEPÇÕES DE LEITURA

*“Os gestos mudam segundo o tempo e lugares,  
os objetivos lidos e as razões de ler”.*  
(Chartier, 1998)

A baixa qualidade da leitura tem sido apontada como causa para o fracasso escolar e social do indivíduo. É costume afirmar que as pessoas não aprendem porque não sabem ler e que seu insucesso social acontece em função da não aquisição da leitura que funcionaria como meio de ascensão social.

De acordo com Terzi (1997, p. 9),

O fracasso na aprendizagem da leitura (...) é aceito, tomando como previsto e justificado com expressões já solidificadas do tipo ‘faltou alimento na infância’, ‘precisa ajudar no sustento da casa’ etc.

Tais fatores socioeconômicos seriam, entretanto, apenas uma parte do problema. Para Kleiman (1993), embora não se possa negar a interferência de fatores externos às instituições específicas de aprendizagem, certas práticas pedagógicas desmotivadoras, decorrentes de concepções equivocadas de leitura, são em grande parte responsáveis pela não leiturização do indivíduo.

Para melhor elucidar essas questões é necessário refletir-se sobre as concepções de leitura para, então, poder-se encontrar as possíveis saídas para esse grande entrave no desenvolvimento da aprendizagem e aquisição da leitura.

## 1.1 Leitura: diversidade de conceituação

O conceito de leitura, assim como o tipo de abordagem deste conceito, tem mudado de acordo com o desenvolvimento das sociedades ao longo dos tempos.

A definição do que venha ser o ato de leitura de mundo, não pode ser dada de forma única, definitiva. Isso porque dependerá de enfoque que será dado a ele, isto é, se o enfoque é lingüístico, psicológico, social, fenomenológico, dentre outras.

Parece claro que definir leitura não é muito fácil. Talvez uma das maiores dificuldades em defini-la advinha do fato de ser difícil incluir ou excluir aquilo que parece mais objetivo, mais claro e coerente para uma definição.

Conforme Ferreiro e Teberosky (1996), a leitura é um processo de representação. Essa idéia significa que a leitura está essencialmente ligada ao sentido da visão. Sendo assim, ler é olhar para algo e ver outra coisa que não seja apenas aquela que está sendo percebida pelos olhos. O que eles captam são imagens icônicas, representações simbólicas. O que é visto são acontecimentos, fatos, realizações.

Sob a óptica dos estudos lingüísticos tradicionais, que têm fins normativos, ler é o mesmo que decifrar, ou seja, transformar grafemas em fonemas. Lê bem quem pronuncia corretamente todas as palavras, sem tropeçar em nenhuma sílaba.

Isso explica por que a escola deu ênfase, por tanto tempo, ao exercício de leitura oral, geralmente de caráter puramente avaliativo: o aluno tinha de ler para mostrar se sabia ler, isto é, se sabia transformar letras em sons, de acordo com as normas da prosódia e da ortoepia. Explica ainda o uso quase exclusivo de textos literários nos livros didáticos, há até bem pouco tempo.

Por sua vez, de acordo com a teoria da comunicação, mais ligada à lingüística estruturalista, ler é apreender as informações do texto. O leitor, neste caso, seria o receptor de uma mensagem que teria sido expressa por meios do código lingüístico.

Para Kleiman (1993: 18), o texto funcionaria, segundo essa perspectiva, como um “repositório” de mensagens. Ao leitor seria dada a tarefa de extraí-las através do domínio das palavras, numa atitude passiva. Para a Autora é nessa teoria que se fundamenta a crença de que a língua é um instrumento de comunicação.

É bem verdade que a preocupação com o sentido do que é lido representa um grande avanço em relação à concepção anterior. Por outro lado, considerar que o sentido de um texto está totalmente no material escrito (no código), essa visão de leitura torna-se inadequada, na medida que nega ao leitor qualquer participação na construção do significado.

Um dos conceitos de leitura mais em formação está fundamentado nos estudos conhecidos genericamente como lingüística pragmática, os quais, de acordo com Koch (1995), tratam das *manifestações lingüísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção*. Nessa perspectiva, ler seria igual a construir sentido.

Para Fulgêncio (1992), a leitura é o resultado da interação entre informações visuais e não-visuais, ou seja, quem lê constrói significado unindo todo o seu conhecimento de mundo, seus esquemas mentais relacionados ao conteúdo tratado no texto, às informações oferecidas pelo autor, expressas no papel.

Seria uma co-autoria. Para Chandler (1999), o sentido do texto “negociado” entre escritores e leitores.

Assim posto, a leitura, para um leitor experiente, é um processo contínuo de elaboração de inferências, durante o qual este avalia a validade e significação dos textos em relação a sua experiência, seu conhecimento e modo de pensar anteriores.

O ato de ler não representa, assim, uma simples “recuperação passiva” de informações.

## **1.2 Estratégias e desenvolvimento de habilidades para a leitura**

Já se sabe que a criança aprende a ler sendo exposta a materiais interessantes e significativos para ela e, ao mesmo tempo, sendo ajudada pelo professor e pela família, que interagem com ela com o objetivo de ativar os conhecimentos que ela detém e que são importantes para a sua compreensão sobre o material de leitura.

Esses dois procedimentos vão possibilitar que o aluno desenvolva habilidades e estratégias facilitadoras da leitura compreensiva. Assim sendo, a exposição a atividades de leitura vai tornando possível, uma vez que tais processos contribuem para a compreensão leitora.

Habilidades e estratégias são procedimentos usados para o desempenho de diferentes atividades, inclusive as de leitura. As primeiras são destrezas, automatismo, isto é, procedimentos que são realizados sem nenhuma reflexão sobre eles; enquanto as estratégias são comportamentos planejados, controlados e orientados para atender a um objetivo.

Segundo Kleiman (1993, p.65-66), há dois tipos de estratégias usadas na leitura, as cognitivas, que são inconscientes, e as metacognitivas, que são conscientes e podem ser trabalhadas.

Nas atividades de leitura, as estratégias cognitivas assemelham-se às habilidades, como descritas anteriormente.

As estratégias metacognitivas são conscientes e compreendem:

- Capacidade de estabelecer objetivos para a leitura;
- Capacidade de monitorar a compreensão.

O estabelecimento de objetivos é importante nas atividades de leitura.

### **1.3 Leitura: uma atividade constitutiva**

Toda leitura crítica, aquela que desmancha valores, saberes e práticas que são reproduzidas no texto, principalmente naqueles dos meios de comunicação de massa, parte da recuperação do sentido pretendido pelo autor.

A leitura crítica tem potencial emancipador contra a fragmentação e alienação, mas o leitor crítico é, por definição, um leitor, nunca um mero decifrador.

Para agir como se a aprendizagem e a leitura fossem atividades constitutivas, faz-se necessário conceber a leitura como uma prática central de todas as atividades curriculares e o professor, qualquer que seja sua área de especialização, como professor de leitura.

Daí que a ação pedagógica do professor envolva a instrução do aluno na leitura como forma de instrumentá-lo contra o conformismo e a reprodução de valores que lhes são alheios.

Para tanto, se faz necessário tomar o letramento tanto no sentido estrito quanto no sentido lato, esta última instância, é entendido como o acervo de conhecimento produzido, transmitido

e acumulado por meio da escrita na sociedade e de seu impacto sobre ela, incluindo aí o desenvolvimento social que acompanhou a expansão dos usos da escrita desde o século XVI. Kleiman (1995:19) o define como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia em contextos específicos para objetivos específicos.

No sentido estrito, letramento refere-se ao conjunto de estratégias usadas na redação e leitura de variados gêneros textuais, especialmente os empregados na produção e divulgação do conhecimento acadêmico. Entre essas estratégias releva-se a capacidade de elaborar um texto levando em conta os objetivos do autor e as expectativas dos interlocutores ou leitores.

O letramento estrito, ou letramento acadêmico inclui a capacidade de analisar o texto, identificando-lhe as partes constitutivas, hierarquizando as idéias ali avançadas e reconhecendo o processo de progressão ou continuidade temática, inclusive as reiteraões e digressões. Dessa forma, compreendem a capacidade de produzir paráfrases, resumos, roteiros, esquemas, etc.

## CAPÍTULO 2 ASPECTOS SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DA LEITURA

*“O sucesso da aprendizagem inicial da leitura depende grandemente do que já se sabe sobre a leitura ao seu iniciado formalmente o sistema alfabético”.*

*Raimundo de Assis*

Pensou-se, no passado, que a leitura era a pura decodificação de símbolos gráficos, conseguida através de um conjunto de habilidades que se deviam ensinar de forma sucessiva e hierarquizada. A criança era encarada como um receptáculo de saberes transmitidos, cabendo-lhe apenas o papel de assimilar e acomodar a informação nos seus processos cognitivos de forma linear.

Para a aprendizagem do processo da leitura, não basta apenas reconhecer letras e juntá-las, decodificando a palavra. Este vai além dessa simples fase, uma vez que, são necessárias outras habilidades serem trabalhadas, bem como é prioritário estar-se atento às expectativas da criança, ao conteúdo e ao contexto.

É necessário que a leitura se torne numa necessidade e num projeto pessoal e aliciante. Poderia comparar o ato de aprender ao ato de andar de bicicleta. Neste, a criança deposita todas as suas atenções e prioridades, porque se tornou numa necessidade pessoal e um projeto significativo.

É este o trilho que os professores, pais e todos os que se envolvem com a aprendizagem da criança devem percorrer – o trilho do “Estímulo” e da “Motivação”.

Para que se consiga uma leitura sólida e prazerosa é importante que a criança compreenda a “função da leitura” e, especialmente, “o porquê” de ter-se que aprender ler. Esta fase deverá estar bem consolidada à entrada da escola, mas terá de ser um trabalho contínuo.

Este processo de estímulo à aprendizagem da leitura não é inato, nem se ensina, mas nasce e consolida-se ao longo da prática quotidiana.



Deste modo a família assume um papel de extrema importância - construir o reconhecimento progressivo da necessidade da leitura, através da sua utilização real, funcional e natural, por um lado, e da sua conceitualização fantástica, lúdica e aliciante, por outro.

É pertinente referir-se que deverá ser dada à criança a possibilidade de, gradualmente, tomar contacto com a linguagem escrita, bem como a sua representação sonora. A sonorização dos signos é um passo extremamente importante para o reconhecimento das letras e assim as poder juntar para construir palavras com significado.

A familiarização com a sonoridade dos signos lingüísticos poderá ser extremamente importante para o reconhecimento das letras e, posteriormente, para a construção de palavras e frases atribuindo a esses sentidos e significados.

O desenvolvimento das habilidades básicas subjacentes ao ato da leitura e a atenção redobrada da família contribuem fortemente para a garantia de sucesso da criança.

Para isso, sugerem-se algumas atividades, ajustadas ao nível etário e desenvolvimento maturacional.

Estudiosos do assunto indicam que nos primeiros dois anos de vida, a criança deverá manusear catálogos coloridos e livros de várias texturas e espessuras. São momentos de puro prazer e que a criança inicia “o namoro com a linguagem escrita”.

Contudo, não basta o contacto com o livro e com o código escrito (como já referido anteriormente). A criança procura explicações para tudo o que a rodeia. É, portanto, fundamental, que o adulto se disponibilize, desprovido de preocupações e limitações temporais.

## **2.1 A função social da leitura na sociedade contemporânea**

*“A verdade é que as crianças gostam de histórias como gostam de caramelo e de brinquedos”.*

Jogue Montelo

Nos dias atuais, a imposição às crianças de conhecimento formal, sistemático e racional está sendo excessiva. A Ciência do homem moderno virou um verdadeiro dogma, inquestionável e fechado dentro de si mesmo. Em vista dessa afirmação, a função social do ato de ler, bem como o prazer das atividades lúdicas parecem ter sido relegada a um segundo plano.

A abordagem excessivamente estruturalista e racionalista da linguagem nas primeiras séries do ensino fundamental, talvez seja uma estratégia pouco recomendável. É preciso trabalhar, sempre que possível, de maneira lúdica neste segmento, conferindo, aos poucos e em momentos oportunos, um senso crítico às atividades e conteúdos repassados, principalmente no campo da linguagem, uma vez que se encontra diretamente associada à própria socialização da criança, fato que se dá sempre dentro de um determinado contexto.

Portanto, é preciso, antes de tudo, conferir os meios necessários para que a criança possa sentir permanentemente o prazer e a curiosidade naturais em buscar e aprender, sendo, este processo, gradual e capaz de construir uma autonomia necessária para que se constituam em verdadeiros leitores e escritores, sempre providos de senso crítico e bom senso. A dinâmica de promoção de formação do leitor social deve, portanto, adequar-se concomitantemente às normas cultas e ao ambiente social no qual a criança está inserida.

A “leitura do mundo” pela criança é natural e, essencialmente um processo semiológico (leitura de sinais, escritos, orais, sonoros, etc.), dessa forma encontrando-se, em permanente construção e reconstrução.

Inicialmente, a aquisição da linguagem pela criança, possui um caráter individual e subjetivo, mas, com o tempo, a objetividade da linguagem se manifesta pela inevitável necessidade de socialização e universalização dos processos lingüísticos e de conceitos, que acabarão, mais cedo ou mais tarde, por se firmar.

Para tanto, deve estar presente um equilíbrio entre estes fatores: de um lado, a subjetividade da leitura semiológica e espontânea do mundo, em contraste com a necessidade formal e sistematizada da aquisição de uma linguagem escrita e falada que, por sua vez, servirá de representação, complementando e amparando os significados dos fenômenos e conceitos que existem no contexto social.

Sendo assim, justamente este último fator que permitirá a comunicação efetiva entre as pessoas, sempre será considerado a construção histórica da língua dentro de um determinado contexto histórico.

A internalização psicológica dos significados, além de ser um esforço de construção individual, é um processo objetivo, com finalidades definidas, e que possui igualmente características subjetivas, pois cada indivíduo adquire, com o tempo, uma visão única do mundo que lhe é particular e subjetivo, que coexiste com os elementos (ou padrões) de caráter geral, formal e sistemática.

Ainda do tocante aos aspectos subjetivos da linguagem, a palavra como fator significante, além do caráter gramatical e morfológico que lhe é peculiar, encontra-se permeadas de conteúdos ideológicos – que variam de acordo com a experiência de vida de cada indivíduo.

Segundo Batkhtin (2000, p.92)

“(…) a compreensão do indivíduo não se orienta para a identificação dos elementos normativos do discurso, mas para a apreciação de sua qualidade contextual. Entende que o formalismo e sistematismo são traços típicos de uma reflexão sobre um objeto acabado e estagnado, incompatível com uma abordagem histórica e viva da língua”.

Por isto, a palavra é, ainda segundo Batkhtin (2000): “a arena das contradições”, o que não significa uma coexistência ingênua das diferenças, mas, pelo contrário, uma permanente tentativa de construção dialógica de significados, dentro de uma perspectiva dialética da língua.

A construção e a posterior internalização psicológica dos significados pelas crianças, reconhecidamente, deve ser um processo dialético, onde é necessária a presença de um fator de equilíbrio entre o conhecimento estrutural e formal dos elementos lingüísticos, bem como os fatores sociais, culturais e psicológicos que lhe são inerentes.

## 2.2 Leitura social de mundo

*“Não ler ou não ser capaz de interpretar o que lê, equivale a impor limites à relação do sujeito com o mundo. É condená-lo a assumir os valores de outrem, ditados oralmente com o poder da voz. É incorporar a história dos outros como se fosse a sua própria. Enfim, é alienar o indivíduo de si mesmo”.*

*Marta Moraes*

Entende-se a leitura se processar através da língua, também é possível a realização de outras leituras cujos sinais são não-lingüísticos. Dessa forma, é possível que se faça a leitura da tristeza de alguém, pelas expressões faciais, ou ainda, é possível que uma criança faça a leitura dos gestos, da voz e da atitude de pessoas que acercam, percebendo a presença de afeto e amor. Não se lê, então, apenas o que é escrito, mas também o mundo no qual se está inserido.

Dessa forma parafraseando Yunes (2002: 47);

São pequenos e complexos os problemas já nos colocam diante da exigência de repensar o conceito tradicional de leitura, sobretudo aquele atrelado à escolarização: aprender sílabas, reconhecer palavras, balbuciar frases e, ainda assim, ser capaz de compreender o que leu.

Ler textos escritos não é uma atividade tão simples. Primeiro, pelo ato de ser uma habilidade aprendida e não adquirida, diferentemente da linguagem, que é adquirida conforme indicações de que o homem seja geneticamente pré-programado para tanto, (YUNES 2002).

Segunda consideração, porque envolve uma série de problemas; culturais, ideológicos, filosóficos e semânticos.

Isto significa que a leitura de um texto em sala de aula pode gerar discussões por causa dos conhecimentos ideológicos dos alunos. Por exemplo, um texto que discuta a obrigatoriedade de usar a farda para permanecer na escola.

A interpretação de um texto é feita com base em hipóteses que o leitor cria sobre o que lê. Tais hipóteses resultam das relações que o leitor vai estabelecendo desde o início da leitura, continuamente entre os elementos visuais, as palavras, as frases de um texto e todas as informações que ele pode trazer para a leitura.

Resulta a partir de então, de forma efetiva, a atividade da predição. Atividade que consiste em antecipar o sentido do texto, eliminando previamente hipóteses improváveis.

Assim sendo, na verdade a interpretação ocorre quando há confluência entre o reconhecimento do elemento de código lingüístico e a projeção dos conhecimentos do leitor no texto.

É indiscutível a afirmação de que é na escola que se desenvolve o exercício e a valorização da leitura. É claro que a família também tem presença fundamental na formação do leitor, entretanto é no âmbito escolar que se pode realizar a leitura com plenitude, até porque ler é um ato tão educacional quanto social.

“Uma rica interação dialogal na sala de aula, dos alunos entre si e entre o professor e os alunos, é uma excelente estratégia de construção de conhecimento, pois perante a troca de informações, o confronto de opiniões, a negociação dos sentidos, a avaliação dos processos pedagógicos em que estão envolvidos”. (BRASIL-PCN, p.26/27)

A leitura tem como aspectos principais; educativo e social.

**Educacional**, porque envolve uma série de habilidades cognitivas tais como compreensão de frases e sentenças, argumentos, objetivos, intenções explícitas e implícitas, modalizadores, enfim, um arcabouço que vai além da simples compreensão do texto, ou seja, atinge um teto mais amplo: através do texto, ler o mundo.

**Social**, na medida em que a leitura capacita o indivíduo a exercer seu papel de cidadão criativo, crítico e participativo. Pôr o aluno em contato com os diferentes gêneros e níveis textuais é um dever premente da escola, fomentando no jovem o interesse pela fecundidade da

palavra escrita e a perspicácia para desvendar as teias manipuláveis dos meios de comunicação que, quase sempre, atendem a interesses subjacentes.

Claro está que leitura e escrita são habilidades diferentes, todavia não se pode dissociá-las, uma vez que somente conjugando-se essas duas competências, estar-se-á capacitando o indivíduo a assimilar os valores da sociedade, porém de maneira crítica. Somente conquistando a habilidade da leitura e da escrita, o indivíduo estará legitimando a real missão formadora do professor e da escola. Ademais a aprendizagem do educando (não só em língua portuguesa, mas também nas demais disciplinas) está fundamentada na leitura.

Essas digressões consubstanciam um longo período de efetiva prática pedagógica assentada em buscas, indagações, dúvidas, angústias, experiências e esperanças.

## **2.2 Práticas sociais de leitura na escola**

Há muitos modos de ler, muitas razões para ler e há inúmeras possibilidades de fazê-lo.

Entre os leitores inclui-se prioritariamente o professor porque a história pedagógica tem mostrado que este, quando leitor, influencia outro, é modelo de leitura para seus alunos, cria condições para não confirmar adágios como "aluno não gosta de ler", "o brasileiro não lê".

Ao trazer para a escola as práticas sociais da leitura, é preciso que compreenda os saberes oriundos do próprio processo de formar leitores. Como diz Tartif (2004 p. 36):

Os saberes profissionais dos professores parecem ser plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-ser, bastante diversificados, provenientes de fontes variadas, os quais podemos supor que sejam também de natureza diferente.

A diversidade de leituras na escola pode romper com o padrão segmentado dos textos didáticos ou didatizados, possibilitando um passo além na direção de articular os saberes do leitor, do autor e do imaginário social.

A prática de leitura costuma ser individual: ela é criativa e produtora de sentidos singulares e de significações particulares, pois cada leitor traz referências culturais para o texto que lê, num movimento dialógico, ao mesmo tempo individual e coletivo, possibilitado pela experiência pessoal e pelas representações sociais de que os textos se revestem.

A questão "Por quê ler?" É possível responder, reafirmando a rebeldia intrínseca do ato de ler, que se acredita no cultivo do desenvolvimento humano, apesar das mazelas do mundo, fazendo dele não moeda de troca e de poder, mas sim ampliação das possibilidades de SER.

A leitura, como o ato educativo, é multidisciplinar por natureza e cabe à escola articular os processos educativos, para que professores e alunos possam viver, no cotidiano escolar, as relações entre a liberdade de ler e a necessidade de compartilhar textos, saberes e compreensões sobre o mundo através das áreas curriculares.

Desta forma, as propostas elaboradas colocam-se como reafirmação da necessidade de organização do trabalho com leitura na escola, o que não significa, evidentemente, perder as práticas sociais e nem artificializar a "integração" das áreas curriculares. Mas colocam-se, principalmente, como contribuição e confirmação de que não se deve desistir-se da crença de que ler é ato fundante da consciência humana e agente de mudança.

### **2.3 Papel da escola na formação do leitor**

A proposta de reformulação dos trabalhos pedagógicos com textos na escola implica em ser rever uma série de crenças que alimentam o imaginário que constitui os conceitos leitura e leitor. Tais imagens, na maioria dos casos, repercutem nas ações pedagógicas, dificultando-as ou até inviabilizando-as, impedindo-se, assim, que se possibilite ao aluno vir a ser sujeito da própria leitura.

A escola deveria ter como umas de suas funções principais, a formação de alunos leitores e escritores.

Na opinião de Cagliari (1997), saber ler é mais importante do que saber escrever. Para o Autor, se o aluno não conseguir êxito em qualquer outra habilidade oportunizada na escola, chega a ser um bom leitor, já será um grande feito.

A leitura acompanha o indivíduo em muitas de suas situações e interação durante a vida. “A leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. [...] A leitura é uma herança maior que qualquer diploma”. (CAGLIARI, 1997, p.148).

Na tentativa de proporcionar aos alunos o conhecimento sobre a língua, a escola tenta fazer com que aprendam a analisar a sua estrutura, na maioria das vezes, somente através de atividades de análise morfológica e/ou sintática desvinculadas de seus aspectos semânticos-pragmáticos.

Essa atitude adotada pela escola deixa lacunas no transcorrer da aprendizagem.

Para Freire (1999), a escola desconhece que o ato de ler precede a leitura da palavra. A escola esquece de que o aluno já chega com seu repertório, seu senso comum, disposto a fazer diversas leituras.

Ele chama essa leitura que o aluno sabe fazer ao chegar à escola de “leitura de mundo” (FREIRE, 1999, p.12).

É inegável que a leitura seja uma atividade de extrema importância na vida de um aluno. Ela é tida como ponto de partida para a aquisição de conhecimento e para a ampla socialização do ser.

Quando a escola não ensina o aluno a ler, ela deixa de cumprir sua função enquanto instância de desenvolvimento de letramento, porque acaba formando autômatos, ao invés de indivíduos capazes de usar a língua escrita nas diferentes situações em que se requer o seu uso.

Segundo Lopes (1996, p. 102),

A leitura é um modo específico de interação entre participantes discursivos, envolvidos na construção social do significado: a leitura é uma prática social, é a leitura que vai permitir ao aluno a interação com os outros, participando e discutindo todos os acontecimentos que estão a sua volta.



Os textos utilizados em sala de aula para leitura são, naturalmente, marcados ideologicamente e essas marcas ideológicas não devem ser disfarçadas pelo professor, escondidas ou ignoradas.

Ao professor cabe assumir a presença delas e apresentá-las ao aluno, demonstrando o funcionamento ideológico dos vários tipos de discurso, sensibilizando o aluno para a força elocutória presente em cada texto, tomando-o consciente de que a linguagem é uma forma de atuar, de influenciar, de intervir no comportamento do outro e no seu próprio, de modo que é por meio dela que as pessoas atuam umas sobre as outras.

De acordo com Brággio (1992, p.74), a atividade com a leitura deve ser vista;

“Dentro de uma matriz pessoal, social, histórica e cultural, pois não somente o que o leitor traz para a transação de sua experiência passada de vida e de linguagem, mas também as circunstâncias socialmente moldadas e propósito da leitura, dão a contextualização para o ato de simbolização”.

Assim, a escola deverá fazer com que o aluno aprenda o que não sabe. O que ele precisa aprender é a ler a palavra, mas não a palavra isolada, mas de forma contextualizada. A importância no ensino adequado da leitura da palavra reside no fato de ela estar literalmente em todas as relações entre os indivíduos.

A escola, também deve se responsabilizar em ensinar ao aluno a forma adequada de usar a palavra uma vez que ela pode transformá-lo, dar uma nova dimensão à sua consciência, o que acaba por possibilitar-lhe uma reflexão sobre a sua realidade e a maneira de agir sobre ela. Na escola, o aluno deverá saber como recorrer a diferentes textos para atender a suas necessidades de leituras.

### **CAPÍTULO 3 LETRAMENTO: uma prática social**

Letramento é uma tradução para o português da palavra inglesa *literacy* que pode ser traduzida como a condição de ser letrado. Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, assim, o educando deve ser alfabetizado e letrado. A linguagem é um fenômeno social, estruturada de forma ativa e grupal do ponto de vista cultural e social. A palavra letramento é utilizada no processo de inserção numa cultura letrada.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora a palavra *literacy* já constasse do dicionário desde o final do século XIX, foi nos anos 80, que o fato tornou-se foco de atenção e de estudos nas áreas da educação e da linguagem. No Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam e se confundem. A discussão do letramento surge sempre envolvida no conceito de alfabetização, o que tem levado, a uma inadequada e imprópria síntese dos dois procedimentos, com prevalência do conceito de letramento sobre o de alfabetização. Não podemos separar os dois processos, pois a princípio o estudo do aluno no universo da escrita se dá concomitantemente por meio desses dois processos: **a alfabetização**, e pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, **o letramento**.

O conhecimento das letras é apenas um meio para o letramento, que é o uso social da leitura e da escrita. Para formar cidadãos atuantes e interacionistas, é preciso conhecer a importância da informação sobre letramento e não de alfabetização. Letrar significa colocar a criança no mundo letrado, trabalhando com os distintos usos de escrita na sociedade. Essa inclusão começa muito antes da alfabetização, quando a criança começa a interagir socialmente com as práticas de letramento no seu mundo social. O letramento é cultural, por isso muitas crianças já vão para a escola com o conhecimento alcançado de maneira informal

absorvido no cotidiano. Ao conhecer a importância do letramento, deixa-se de exercitar o aprendizado automático e repetitivo, baseado na descontextualização.

Na escola a criança deve interagir firmemente com o caráter social da escrita e ler e escrever textos significativos. A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita pelo indivíduo ou grupos de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

Em termos sociais mais amplos, o letramento é apontado como sendo produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade crescente da agricultura. Ao mesmo tempo, dentro de uma visão dialética, torna-se uma causa de transformações históricas profundas, como o aparecimento da máquina a vapor, da imprensa, do telescópio, e da sociedade industrial como um todo. (TFOUNI, 1995, p.36)

A alfabetização deve desenvolver-se em um contexto de letramento como início da aprendizagem da escrita, como desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes de caráter prático em relação a esse aprendizado; entendendo que a alfabetização e letramento, devem ter tratamento metodológico diferente e com isso alcançar o sucesso no ensino aprendizagem da língua escrita, falada e contextualizada nas nossas escolas.

Letramento é informar-se através da leitura, é buscar notícias e lazer nos jornais, é interagir selecionando o que desperta interesse, divertindo-se com as histórias em quadrinhos, seguir receita de bolo, a lista de compras de casa, fazer comunicação através do recado, do bilhete, do telegrama. Letramento é ler histórias com o livro nas mãos, é emocionar-se com as histórias lidas, e fazer, dos personagens, os melhores amigos. Letramento é descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita.

### **3.1-Leitura: atividade social e socializadora**

O campo de pesquisa em Letramento aglutina várias discussões, a democratização da leitura é um deles. Mas, assim posto, parece que está de saída, estabelecido o que é leitura e que ela se refere ao texto escrito, ao livro, especialmente ao literário.

A atividade de ler não é entendida de forma consensual, há quem pense que leitura só acontece quando se encontra a frente um papel escrito. Há quem pense que a leitura é uma atividade passiva ou que é uma atividade solitária. Diz-se que ler é decodificar uma mensagem. Há também quem acredite que a leitura deveria sempre ser uma atividade agradável e fácil.

O prazer de ler é assunto dos mais discutíveis, como as demais concepções anteriormente mencionadas. A leitura é uma ação em que ativamente o leitor participa e constrói os significados, num universo lingüístico de natureza polissêmica, como mostrou Bakhtin. De modo que, muito mais do que simplesmente traduzir, o leitor reinventa o texto e o contexto que dá possibilidade a essa reinvenção é repertório cultural do leitor.

A leitura é considerada então como uma atividade social, e socializadora, que tem seu início antes da escola e continua pela vida afora, para além dela, e está presente nas várias facetas da vida dos indivíduos. Há quem diga que mesmo quando não se pertence a uma sociedade letrada faz leituras, como alguém que traduza sinais no céu; nuvens carregadas ou sinais de fumaça. Para alguns há tanto significado num braço na tipóia ou num olho roxo quanto no escrito numa folha de papel. Esta extrapolação do conceito, entretanto, não é recebida de forma consensual.

De toda forma, haveria uma multiplicidade tão grande de possibilidades de leitores tanto quanto a diversidade de leituras e de letramentos possíveis; lê-se imagens, interpreta-se signos das mais diferentes ordens e natureza. E tais leituras mobilizam competências que o sujeito leitor detêm, os textos vão exigir do leitor as habilidades necessárias para entrar nele.

Existem habilidades distintas assim como textos distintos. São os textos que em certa medida dizem que habilidades são necessárias.

Algumas habilidades textuais são àquelas ligadas ao suporte (papel, tela, película, etc), ou a linguagem textual (parágrafo, tópico frasal, etc), linguagem cinematográfica ou

fotográfica (ângulo de câmara, iluminação, imagem em P&B), linguagem musical, linguagem matemática, linguagem científica, linguagem pictórica, etc.

Entende-se, conforme Soares (2001, 19), que o conceito de letramento surge no Brasil da necessidade de nomear, sob um único termo, o fenômeno que se constitui de práticas sociais de leitura e escrita. Em outros países da Europa e E.U.A este fenômeno social já havia sido nomeado; nos países de língua inglesa encontramos o nome de *literacy*, em Portugal o nome *literacia*. (SOARES, 2001, 19).

O conceito de letramento indica uma capacidade, uma ação ou processo, uma destreza específica: a habilidade de ler. “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2001, 18).

Assim, conforme a Autora, letramento refere-se às práticas de leitura e escrita apropriadas pelos sujeitos, ou seja, aquelas em que o sujeito se engaja, aquelas que ele mobiliza socialmente, portanto o uso social da competência.

Nesta definição parece não haver espaço para dúvidas ou para inovações terminológicas. Parece que não há espaço para o que não seja linguagem escrita. Parece que não se trata disto, o conceito parece abarcar um fenômeno socialmente bem localizado.

São habilidades que mobilizam o conjunto de conhecimentos de que o leitor dispõe e que compõem o seu repertório cultural. Deste modo, a leitura longe de ser uma atividade fácil e facilmente definida, caracteriza-se como uma atividade complexa, que mobiliza múltiplas variáveis a um mesmo tempo. Diz-se que ler é re-significar o mundo e, em igual medida, interagir com ele. A leitura envolve todo o que é, constrói-se na relação com a época a que se pertence, com os valores que se possui, com as conversas que se tem, com a TV e cinema a que se assiste, com todas as práticas sociais.

A leitura configura-se como uma atividade social e socializadora, circunscrita em práticas históricas, como discutem, por exemplo, Roger Darton, Roger Chartier e Pierre Bourdieu. As mudanças das práticas e dos hábitos de leitura fornecem elementos para se pensar a leitura como fenômeno social concreto, que se funda nas práticas concretas dos grupos sociais, conforme seus gostos, interesses, modos de vida, valores, etc.

Há pesquisas que, mostram que os adolescentes, os alunos, especialmente os das escolas públicas, tidos como não leitores a priori, possuem práticas de leitura que são compartilhadas no seu meio e mesmo entre aqueles grupos tidos como mais improváveis leitores há os que lêem.

Neste sentido se instaura outra discussão não mais em torno do que é ler, mas do que se lê. E o universo das leituras permitidas, consentidas e incentivadas na escola e fora dela. Alguns pesquisadores argumentam sobre distâncias culturais, para eles, se alguns alunos não freqüentam livrarias, pode ser também por que este não é um hábito valorizado no seu meio social, considera-se aqui que há distâncias que vão além do geográfico e econômico. São também distâncias sócio-culturais e psicológicas.

Reconhecer as pluralidades de possibilidades de leitura amplia as dificuldades do processo de formação do leitor. Entender os múltiplos fatores implicados no ato de ler pode contribuir para a melhor compreensão da tarefa do professor e, mais ainda, para entendermos que fazer do Brasil um país de leitores, como dizia o slogan da campanha publicitária de governos passados, não é tarefa só para professores. Tornar a leitura estética mais exequível por parte de todos, incluídos os alunos, requer esforço maior e mais amplo. Acesso a bens culturais que são os livros, as bibliotecas, os centros culturais, os cinemas e os cineclubes.

Compreende também a capacidade de contextualizar o texto em função das condições que presidiram sua produção, tais como sua inserção no momento sócio-histórico e no estado da arte da tradição epistemológica em que se inscreve, reconhecendo o quadro conceitual que lhe serve de matriz e a polifonia que dele emana.

São ainda estratégias de letramento no sentido estrito a precisão vocabular e a estruturação morfossintática que garantam a coerência das idéias e a coesão estrutural. Todas essas estratégias de letramento estão intimamente relacionadas a processos cognitivos, à medida que os refletem e, ao mesmo tempo, interferem na sua constituição. A relação que se estabelece, então, é de interdependência, pois as estratégias de letramento são constituídas pelos processos cognitivos, mas são também deles constitutivas.

### 3.2 Motivação para a prática da leitura

*“O prazer do texto é o momento em que meu corpo vai seguir suas próprias idéias, pois o meu corpo não tem as mesmas idéias que eu”.*

*Roland Barthes*

A motivação é fator fundamental da aprendizagem. Sem motivação não há aprendizagem. Pode ocorrer aprendizagem sem professor, sem livros, sem escola e sem uma variedade de outros recursos. Mas mesmo que existam todos os recursos favoráveis, se não houver motivação, não haverá aprendizagem.

Porém, a motivação nem sempre recebe o devido reconhecimento de sua fundamental importância. É mais fácil elaborar manuais, transmitir em determinado assunto, cobrar notas, dar notas. Mas, procurar motivar os alunos a fim de que se interessem pela matéria, pela leitura, pelos estudos, é muito mais difícil.

A leitura produtiva exige um grau considerável de motivação, consciência e atenção, uma participação efetiva tanto por parte do aluno quanto do professor.

Se o aluno, quase sempre, nunca quer realmente aquilo de que necessita, cabe ao professor, com quem o aluno está em constante contato, criar um sistema de impulsão àquilo a que se propõe, ou seja, se a sua proposta é transformar o educando em um sujeito crítico, ativo, valorativo, com flexibilidade de pensamento, com capacidade de polemizar e com segurança em sim mesmo, constitui função sua apresentar a ele não apenas um texto produzido, mas também ensiná-lo a produzir textos, bem como toda e qualquer forma distinta da escrita que apresente, de forma natural, os diversos valores da personalidade do indivíduo.

Acreditando que se educa a personalidade e que ela se expressa a partir dos motivos, o professor, a família, a escola e toda sociedade podem apresentar atividades que estejam motivados ou movidos por um motivo psicológico que venha regular não apenas a direção de tais atividades, mas também a intensidade das mesmas.

Personalidade motivada propõe realização de qualquer tipo de atividades: prazerosas, utilitárias, intencionais e outras.

A leitura é um ato de liberdade, de escolha individual; pressupõe finalidade, objetivo, propósito. Tanto a leitura utilitária quanto a prazerosa são atividades motivadas pela inserção no mundo, determinadas pela leitura de mundo que se faz.

Deve-se pensar o ato de ler como um ato de amor, isto é, sentir prazer pela leitura que está fazendo.

As motivações para ler e os interesses de leitura se entrecruzam. Não obstante, o professor deverá descobrir os impulsos e interesses dominantes do leitor, pois assim, sabe, atendendo-se nas suas individualidades, se poderá efetivar o gosto pela leitura, uma vez que a educação do indivíduo é possível por meio dos bens culturais, cuja estrutura intelectual se ajusta plena ou parcialmente à estrutura do nível de desenvolvimento intelectual do indivíduo. Ao fazer-se leitor, o indivíduo não só compreende a sua sociedade com maior alcance intelectual, como também pode ter ampliado a sua visão de mundo como um todo. A percepção, no texto escrito, do que está além das letras, constitui o legado da história humana.

### 3.3 Leituras significativas

*“Quem cria recria e recriando se cria”.*

*anônimo*

Pode-se partir de pressuposto de que o texto a ser refletido em sala de aula é o texto significativo. Sendo, portanto, aquele que circula socialmente, que é escrito por alguém, com alguma intenção e é destinado a determinado interlocutor, seja ele real ou virtual.

Atualmente, se tem nítida compreensão da importância do uso da linguagem escrita, sua real função social. Porém, por muito tempo a expressão, “texto significativo”, geraram desastrosos equívocos, pois era considerado apenas como aquele texto de interesse do aluno. Certamente que o interesse do aluno deve ser fator relevante, mas seria um ato de reducionismo se fosse, unicamente, esse fator preponderante na pesquisa e seleção do material a ser escolhido para se trabalhar em sala de aula.



Considera-se que tudo que é produzido lingüisticamente é sujeito a reflexão em sala de aula. A diversidade de textos oportunizados ao aluno favorece a ampliação de sua competência na prática da leitura e da escrita.

Entretanto, há gêneros textuais que fazem parte do universo letrado contemporâneo e devem ser foco de estudos dos alunos. Quais sejam:

- **Impressa:** entrevistas, debates, notícias, manchetes, reportagens, resenhas, classificados, etc.
- **Divulgação científica:** relatos históricos, textos enciclopédicos, verbetes, estatutos, declarações de direitos e deveres, etc.
- **Publicitário:** anúncios, slogans, cartazes, folhetos, propagandas, campanhas, etc.
- **Literária:** cartas, lendas, poemas, adivinhas, provérbios, canções, quadrinhas, fábulas, histórias em quadrinho, etc.

### **3.4 Práticas para se trabalhar a leitura**

È de suma importância a compreensão de que nessa perspectiva de trabalho, para que haja uma aprendizagem por meio de uso de textos infantis, perceber que não espaço para atividades que se dediquem a exercitar mecanicamente aos alunos, com tarefas repetitivas e que priorizem a reflexão sobre os fatos da língua.

Para tanto, de acordo com Bozza (2002, p. 23), três práticas podem ser desenvolvidas para se trabalhar com textos. São elas:

- a) Leitura de textos com função social, selecionados pelo professor e produzidos pelos alunos;

- b) Análise lingüística, de textos com função social, selecionados pelo professor e produzidos pelos alunos;
- c) Leitura de textos com função social, selecionados pelo professor e produzidos pelos alunos;
- d) Análise lingüística, de textos com função social, selecionados pelo professor e produzidos pelos alunos;
- e) Produção textual (coletiva e individual)

Dessa forma, pode-se dizer que para se aprender a ler e escrever é necessário criar o hábito da leitura, da escrita e do pensamento, ou seja, é no próprio hábito da interação via escrita que se dá à apropriação desse sistema de representação.

É por assim dizer que, o conteúdo de língua é a própria língua, pois é exercitando a linguagem escrita que se compreende seus fatos e se age sobre o mundo em que se está inserido.

“A arte de ler (...) foi durante milhares de anos monopólio sagrado de pequenas elites. Por volta de 1750, no dealbar da revolução industrial, haviam decorrido quase 500 anos sobre o aparecimento dos primeiros rudimentos da arte da escrita. Contudo, mais de 90 por cento da população mundial não tinha acesso à arte”.(CIPOLLA, 1992, p. 36)

Nesse sentido, há mais de dez anos as propostas curriculares de vários estados e municipais brasileiros chamam a atenção sobre o principal eixo de desenvolvimento do trabalho com a Língua Portuguesa. Recentemente, o respaldo oficial para o trabalho com ele concretizou-se a partir da implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como sugestão de trabalho, que enfatizam o eixo USO>REFLEXÃO>USO como principal diretriz do processo de ensino dessa área do conhecimento.

Dizendo de outra forma, não é com o texto do aluno que se deve iniciar o trabalho com a língua escrita, mas com textos de uso social, cujo caráter científico <sup>1</sup> possibilita a REFLEXÃO de todos os conteúdos de Português e remete novamente ao uso, ou seja, permite que o aluno produza seu próprio texto, veiculando novas idéias e utilizando-se dos conteúdos refletidos no processo de análise lingüística.

Nessa prática pedagógica é que se revela ao aluno a relação de dependência entre as duas instâncias inseparáveis da linguagem: o código e o significado.

À luz de outra perspectiva, para aprender a ler é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e pensar sobre como a escrita representa graficamente a linguagem oral. Para tanto, o aluno necessita ler, embora ainda não domine a leitura e, escrever, ainda que não detenha o conhecimento da escrita.

---

<sup>1</sup> Caráter Científico – escrito dentro da norma culta.

## CAPÍTULO 4 LEITURA E CIDADANIA

É ponto aceito sem contestação que a leitura constitui uma das conquistas da humanidade. Pela leitura, o ser humano não só absorve o conhecimento, como pode transformá-lo em um processo de aperfeiçoamento contínuo. A aprendizagem da leitura possibilita a emancipação do indivíduo e a assimilação dos valores da sociedade.

De acordo com as pesquisas históricas a sociedade burguesa transformou a leitura em prática social, mas, paradoxalmente, observa-se que o corte social se faz, sobretudo, pela leitura.

A não acessibilidade à leitura a todas as classes sociais é uma falha no processo de socialização do indivíduo, pois a capacidade de interpretar o código escrito e de usufruir do poder das palavras é essencial à dignidade humana em uma sociedade que privilegia a escritura e que se afasta da oralidade. A iniciação estética proporcionada pela leitura leva o indivíduo à insatisfação com o cotidiano e faz surgir nele o desejo de mudança de uma vida medíocre para uma vida plena.

Se até o século XIX a leitura foi privilégio de uma minoria, no século XXI já não se pode dizer o mesmo. Apesar de mal compartilhada, reconhece-se que é um direito de todos. O analfabeto não sabe ler e nem escrever, mas o iletrado funcional é incapaz de ler e escrever o mínimo necessário à vida profissional. O desenvolvimento econômico exige que todos saibam ler e o façam com facilidade. Isto é exigido não só no trabalho, como também nos afazeres cotidianos. Aumenta vertiginosamente a demanda social da leitura, uma vez que a sociedade está passando por rápidas transformações e a informação se multiplica assustadoramente. A mão-de-obra necessita cada vez mais de especialização, o que implica em mais leituras e leituras mais consistentes.

A automatização substitui o trabalho braçal e aumenta o nível de exigência em termos de capacidade de leitura. Daí ser alarmante o número de crianças de lares de baixa renda que não dominam a leitura e saem da escola sem estar de fato alfabetizadas. Essas crianças chegam à idade adulta com dupla desvantagem: a de serem pobres e iletradas. Essa disparidade social e

cultural aumenta a distância das oportunidades de trabalho e constitui um sério problema ao desenvolvimento de qualquer país.

Silva (1985, p.24) afirma que “com raras exceções em pontos isolados do processo histórico brasileiro, não houve a preocupação em se desenvolver uma política ‘honestas’ que promovesse o homem brasileiro em toda a sua plenitude”. Assim sendo, os bens culturais configuram-se em uma distribuição injusta, restringindo-se às elites. As classes trabalhadoras encontram-se em desvantagem para produzir e expressar suas idéias porque não tiveram o direito de ser leitoras.

Vale lembrar que o destino da leitura está ligado às instituições especializadas – escola, biblioteca – e à sociedade como um todo. Leitura, conhecimento e cultura estão interligados. Perrotti (1990, p. 75) alerta sobre a urgência de apresentar a leitura como “atividade natural e reconhecida pelo e no grupo social” para conferir ao indivíduo a identidade sócio-cultural.

Com a avalanche de conhecimento impresso e disponível, o papel da leitura é desenvolver nas pessoas um espírito analítico e crítico, o que não acontece quando a oportunidade lhes é negada.

Quando tempos atrás, os mediadores do texto literário, sacerdotes e críticos, cederam espaço à figura do leitor-intérprete, foram abertas infinitas possibilidades de dar sentidos à leitura. A partir dessa premissa ler é sempre interpretar, e a leitura tem uma dimensão social. Provoca, enriquece e encaminha à reflexão.

Por si só, a questão da diversidade de interpretação é uma forma de democracia, ao permitir que o texto literário seja o lugar da discordância de múltiplas vozes e leituras.

Dessa forma, a leitura, enquanto oportunidade de enriquecimento e experiência é primordial na formação do indivíduo e do cidadão. A formação de leitores se configura como imperativo da sociedade atual. Pessoas afeitas à leitura, aptas a penetrar os horizontes veiculados em textos mais críticos, são pessoas capazes de melhor desempenho em suas atividades e apresentam melhor aptidão para o enfrentamento dos problemas sociais.

Se, por um lado, a leitura pode ser um instrumento de dominação, por outro lado é um instrumento de cidadania. E, muito embora a leitura não seja o único caminho para a cidadania, ela constrói a cidadania à medida que o homem se constrói dentro dessa sociedade. Para que o homem se “construa” dentro da sociedade, precisa ele de conhecimento – uma forma de poder e uma fonte de sobrevivência.

Complementam-se conhecimento, leitura e cidadania, pois sem leitura não há formação, nem conhecimento, nem cidadania. E sem cidadania não pode existir exatamente uma sociedade.

O ato de ler é, pois, uma ação política, e por isto pode-se dizer que o acesso à leitura depende da organização da sociedade e do Estado, que ajuda a mantê-la e a reproduzi-la.

O domínio da capacidade de leitura gera maior mobilidade dos grupos humanos, aumento qualitativo da capacidade crítica e crescimento de seu potencial reivindicatório. A leitura, portanto, dá voz ao cidadão, no sentido de que sua interpretação pode gerar a transformação do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se em uma sociedade essencialmente letrada. Por isto, a prática da leitura e da escrita são muito importantes para os indivíduos.

A escola tem sido procurada apenas para efetivar uma aprendizagem do ato de ler e escrever. Poucas são as reflexões que, realmente, se têm feito, sobre tais atos. Basicamente todas os conhecimentos são repassados pelo registro escrito e, por esta razão, a escola tem-se utilizado da escrita como seu mais autêntico instrumento de saber sistematizado.

A leitura tem como uma das principais funções informar para desenvolver. O estímulo para esta prática em toda sociedade ainda é incipiente, pois de certa forma tal estimulação sócio-cultural, apenas está presente no espaço da escola.

Várias tentativas, para solucionar o problema do desinteresse pela leitura, vêm sendo desenvolvidas, principalmente, por professores do ensino fundamental. Para tanto, buscam demonstrar entusiasmo pela leitura; conhecer as características do processo de leitura a fim de encaminhar a prática pedagógica; selecionam textos potencialmente significativos para seus alunos, apontando outras fontes particulares dos assuntos estudados; incentivam o uso da biblioteca, que poderá desenvolver valores porque possui aparato cultural; estão abertos a outras interpretações de um determinado texto, ainda, aprendem com eles; preparam a estrutura cognitiva dos alunos a fim de que estes possam confrontar-se com as diferentes propostas de leitura; preocupam-se com a origem social dos seus educandos e, à luz desse conhecimento crítico, propõem textos como fatores de elevação cultural, ligados à realização de uma nova proposta sugerida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Porém, ainda se percebe a escola que não utiliza a leitura como prática que desperta a consciência e a reflexão, a criatividade e a emoção, que permite constatação, compreensão e desenvolvimento da realidade, mas, sim, a prática da memorização e da reprodução como fonte de informação.

Enquanto não ocorrer uma transformação geral e total da sociedade e da escola, a leitura crítica e produtiva também não acontecerá.

Educadores e sociedade precisam reconhecer que a criança já nasce com um potencial físico e psíquico para ler no mundo quaisquer signos, símbolos que expressem a cultura. A transformação da criança em “leitor” depende do conjunto de motivações sócio-ambientais ao qual ela responda e com qual ela se identifica.

Concluindo, a leitura existe como meio para prática de leitura, mas falta a motivação. Educadores trabalham o ato de ler, mas talvez, inconscientemente, o façam de forma mecânica, levando o educando a considerar a leitura como uma atividade monótona e cansativa.

Desta forma, a proposta recai sobre uma nova concepção de ensino–aprendizagem, diametralmente oposta à escola tradicional, não centrada nem no professor, nem no aluno, mas, sim, numa nova relação em que o conhecimento encontre-se socialmente contextualizado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRÁGGIO, Silvia Lúcia. **Leitura e alfabetização**. São Paulo: Artmed, 1992.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental; Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Leituras no Brasil**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.

BOURDIEU, P. **A leitura: uma prática cultural**. In: CHARTIER, R. (Org.) *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

BOZZA, Cristina. **O conceito de letramento e suas implicações pedagógicas**. Pátio. Porto Alegre: Artmed, nov. 2002.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1997.

CIPOLLA, Carlo M. **As máquinas do tempo**. Portugal: Edições 70, 1992, p. 36.

CHANDLER, Daniel. **Texto e construção da mensagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FERREIRO, E; TEBEROSKY. **A psicogênese da escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo & Donaldo Macedo. **Alfabetização – leitura do mundo, leitura da palavra**, RJ: Paz e Terra, 1990.

FUGENCIO, Lúcia ; LIBERATO, Yara Goulart. **Como facilitar a leitura**. São Paulo: Contexto, 1992.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Tradução de Johannes Kreschmer. São Paulo: Ed.34, 1999. 2 v.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura**. Campinas: Pontes, 1995.

KLEIMAN, Ângela. **Introdução: O que é o letramento** in Leiman, (org.), 1993, p. 15-61.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

\_\_\_\_\_. **Linguística textual: retrospecto e perspectivas**. BRAIT, Beth (org.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2002.

LEFFA, Vilson. **Aspectos da leitura**. São Paulo: Artmed, 1996.

LERNER, Delia. **É possível ler na escola?** Revista Lectura y Vida, Ano 17, N.1, março de 1996.

LOPES, Marta Teixeira. **Lendo e escrevendo Lobato**. Porto Alegre: Autentica, 1996.

MORAIS, José. **A arte de ler**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, [198-].

RICHE, Rosa Maria Cuba. **Literatura infanto-juvenil contemporânea: texto/contexto – caminhos.** Perspectiva, Florianópolis, v.17, n.31, p. 127-139, jan./jun. 1999.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura.** São Paulo: Cortez, 1985.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **As condições sociais da leitura: uma reflexão.** In: *Leitura perspectivas interdisciplinares.* São Paulo: Ática, 1988.

TARTIF, Maurice; RAYOND, Danielle. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério.** Revista Educação e Sociedade, ano XX1, n.73, dez.2000-pág. 213.

TERZI, Sylvia Bueno. **A construção da leitura.** São Paulo: Pontes, 1997.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1995, pág. 36.

YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. **Leitura e leituras da literatura infantil.** São Paulo: FTD, 1988.

YUNES, Eliana. **Leitura, complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo.** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2002.

ZACCUR, E. **A magia da linguagem.** Rio de Janeiro: DP& A, 2001.